

RECURSO ESPECIAL Nº 1.824.578 - PB (2019/0193040-6)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : JOSE EVERALDO DA SILVA
ADVOGADO : NILDEVAL CHIANCA RODRIGUES JÚNIOR - PB012765
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVANTE : LUCENA E BEZERRA LTDA. - ME
ADVOGADO : GIL MARTINS DE OLIVEIRA JÚNIOR - PB070294A
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : LOTERIA DO ESTADO DA PARAIBA
INTERES. : ESTADO DA PARAÍBA
ADVOGADOS : SOLON HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES - PB003728
ANGELINI GURGEL BELLO BUTRUS - PB013941

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INDEFERIMENTO DE PROVA TESTEMUNHAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. SÚMULA 7/STJ. COMPETÊNCIA. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA 284/STF. RECURSO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto, por **JOSÉ EVERALDO DA SILVA**, com fundamento no artigo 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região, assim ementado (fl. 2.523):

PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXPLORAÇÃO DE LOTERIA E JOGOS DO BICHO. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO. LEI " ESTADUAL DA PARAÍBA Nº 7.416/2003. ADIN Nº 3.277/2007. SÚMULA VINCULANTE' Nº 2 " DO STF. INEFICÁCIA DAS AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES. INTERDIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS. CABIMENTO. PUBLICIDADE DEVIDA (...)

Embargos de declaração rejeitados.

No recurso especial o recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos 300, 330, §1º, 334, 355, 336, 373, I e II, 374, do CPC/2015. Defende, em síntese, que: i) não cabe o julgamento antecipado da lide, e que houve cerceamento de defesa na medida em que a produção de prova testemunhal não foi realizada; ii) nada consta na petição inicial que justifique que uma Casa Lotérica Federal e o recorrente estariam relacionados à comercialização do jogo do bicho, o que não leva ao pedido de interdição do estabelecimento do recorrente.

Discorre acerca da incompetência da Justiça Federal para julgamento do feito. Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 2.723.

É o relatório. Passo a decidir.

Importante ressaltar que cabe ao julgador, responsável pela condução do processo, uma vez especificadas as provas que as partes pretendem produzir, definir quais são necessárias para a formação do seu convencimento, podendo, pois, indeferir as que

Superior Tribunal de Justiça

considerar inúteis ou protelatórias, além disso, a discussão sobre a necessidade de dilação probatória na espécie, implica necessariamente reexame dos fatos e provas delineados nos autos, providência que é vedada em face da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. PROVA PERICIAL REPUTADA DESNECESSÁRIA EM FACE DO ACERVO PROBATÓRIO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que o magistrado, como destinatário final da prova, deve avaliar sua suficiência, necessidade e relevância, de modo que não constitui cerceamento de defesa o indeferimento da realização de perícia judicial reputada desnecessária em face do acervo probatório.

2. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, reexame do acervo fático-probatório constante dos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno não provido (AgInt no AREsp 689516/RS, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, Dje 20/09/2018, **grifo nosso**).

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE FUNDAMENTO ADOTADO PELA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DE REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL. FACULDADE DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. ATIVIDADE ESPECIAL. EXPOSIÇÃO AO AGENTE FÍSICO RUÍDO ACIMA DOS LIMITES LEGAIS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Inviável a apreciação do agravo interno que deixa de atacar especificamente fundamento da decisão agravada, consubstanciado na falta de prequestionamento da tese relativa ao uso do EPI - Equipamento de Proteção Individual. Aplicação parcial da Súmula 182/STJ.

2. Na espécie, a Corte de origem indeferiu a realização de prova pericial, por compreender que o conjunto probatório juntado aos autos teria sido suficiente para a formação da convicção do juízo. Assim, conforme assinalado na decisão agravada, cabe às instâncias ordinárias o juízo acerca da necessidade de produção de prova e o seu reexame, na estreita via do recurso especial, encontra óbice na Súmula 7/STJ.

3. O Tribunal a quo manifestou-se no sentido de que o autor, no exercício de atividade laboral, não esteve exposto ao agente ruído, de forma habitual e permanente, acima do limite de tolerância legalmente previsto. Assim, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, em face da incidência da Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno parcialmente conhecido e, nessa extensão, improvido.

(AgInt no AREsp 1056892/SP, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 21/05/2018)

Sendo assim, uma vez que a Corte de origem considerou suficientes as provas já existentes nos autos para decidir a lide, não há que se falar em cerceamento de defesa a não realização de prova testemunhal, bem como inépcia da inicial e ilegitimidade passiva.

Superior Tribunal de Justiça

Segue trecho do acórdão recorrido (fls. 2.515/2.516):

Também não merecem guaridas as suscitadas nulidades processuais, por eventual cerceamento de defesa, inépcia da petição inicial e ilegitimidade passiva ad causam de Lucena & Bezerra Ltda -ME. Com efeito, como bem destacado pelo presentant'e ministerial nas contrarrazões lançadas, o fato de o estabelecimento estar licenciado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL não afasta a autorização existente junto à loteria estadual, para a prática de "jogos do bicho" de forna velada, auferindo, em razão disso, vantagem econômica. **No que atine à ausência de provas necessárias ao julgamento favorável ao pleito ministerial e de que houve cerceamento, é de se ver que o acervo coligido aos autos afigura-se suficiente, não sendo de se cogitar necessária a realização de mais provas.**

Segundo entendimento desta Corte a inadmissão do recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, em razão da incidência de enunciado sumular, prejudica o exame do recurso no ponto em que suscita divergência jurisprudencial se o dissídio alegado diz respeito ao mesmo dispositivo legal ou tese jurídica, o que ocorreu na hipótese. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.590.388/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 24/3/2017; AgInt no REsp 1.343.351/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 23/3/2017.

Por fim, no que pertine a suposta incompetência da Justiça Federal, ocorre que o recurso especial não apresentou os normativos de lei federal ou tratado supostamente violados pelo acórdão recorrido, condição essa indispensável para que o julgador possa ter a exata compreensão da controvérsia. A ausência da indicação dos normativos em tese contrariados ou que sofreram negativa de vigência, impede o exame do recurso, o que atrai a incidência da Súmula 284/STF.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator